



André Silveira

Ecoss de Mudança

Neste início de ano, é do domínio público que vai acontecer uma pequena debandada no Governo Regional, nomeadamente de alguns diretores regionais e outros cargos de relevo. Estas saídas não são meros acontecimentos isolados ou fruto apenas de circunstâncias pessoais, apesar de ser essa a habitual explicação oficial. Representam, acima de tudo, um sinal inequívoco de desacordo com a direção tomada por esta solução governativa, em particular em relação às ações políticas da liderança tri-céfala desta coligação. Este fenómeno, que poderia ser visto apenas como um obstáculo à estabilidade governativa, deve ser entendido como um ato de coragem e uma oportunidade para reflexão e mudança. O mais preocupante, é que, aparentemente, sairão alguns dos melhores, sem que seja evidente a capacidade de os substituir por igual valor. Teremos, assim, em 2025, um ano fundamental para os Açores, um governo mais fraco.

Num contexto político em que, muitas vezes, prevalece a tentação de silêncio e acomodação, essas saídas são um exemplo raro de integridade e iniquitação. Não é fácil abdicar de posições de poder e de influência, mas a opção pessoal de muitos destes que agora saem resulta do não comprometerem os seus princípios, como também de algum taticismo político. Digamos, que o barco está em risco. Ao saírem, estão a dizer, de forma clara e sem ambiguidades, que não compactuam com o rumo seguido. Este ato é digno de elogio e merece respeito. São vozes que, mesmo em silêncio, obrigam a questionar a governação atual e que terão de ser tidas em conta no futuro. A relevância política, por vezes, resulta de ter a coragem de dizer e fazer diferente, mesmo que isso implique sair. É desta estirpe de políticos que os Açores precisam.

Porém, estas saídas também expõem problemas estruturais no Governo Regional, em particular da sua orgânica e de como ela foi moldada aos interesses dos partidos que constituem esta coligação. Um exemplo gritante é a atual Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, que concentra demasiadas áreas fundamentais sob a mesma estrutura. Esta acumulação de responsabilidades tem demonstrado ser contraproducente, comprometendo tanto a eficiência administrativa como a capacidade de criar e implementar políticas estratégicas em áreas cruciais. Qualquer empresário que tenha de lidar com a DREC, por exemplo, sabe muito bem que esse organismo está longe de cumprir os seus propósitos e como necessita de urgente atenção. A recente reformulação da orgânica não passou de um paliativo, que visou apenas colmatar algumas incapacidades particulares.

A demasiada concentração de responsabilidades numa mesma secretaria dificulta a definição de prioridades claras e a dedicação necessária a áreas específicas, como também implica a conjugação de interesses contraditórios sob a mesma tutela. O foco no preocupante estado das contas regionais é, por vezes, incompatível com o propósito de promover o investimento e o fortalecimento do tecido empresarial da região. É evidente

que esta abordagem precisa de ser revista, sob pena de continuarmos a comprometer o desenvolvimento económico e social da nossa região, ainda mais quando tanto as finanças regionais como o apoio ao investimento, a par da execução do PRR, serão os assuntos fundamentais em 2025. Seria importante a separação da atual Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública em duas secretarias distintas, com funções mais bem definidas e focadas: Uma Secretaria Regional das Finanças: Seria responsável pela gestão orçamental, fiscal e financeira, garantindo uma utilização eficiente e transparente dos recursos regionais. Este foco permitiria uma gestão mais rigorosa e adaptada às necessidades financeiras da região. Seria determinante nas negociações da revisão da lei de finanças regionais, prometida para o primeiro trimestre do ano.

Uma Secretaria Regional da Economia Focada exclusivamente na promoção de investimentos e no desenvolvimento económico, incluindo a gestão de programas de incentivos ao investimento, o apoio às empresas locais e a captação de investimento externo. Esta divisão permitiria que a Economia tivesse uma abordagem mais direcionada e proativa, tornando-se o motor de crescimento que os Açores tanto necessitam. A necessidade gritante de atração de investimento externo para a região deveria ser um dos principais desígnios desta secretaria. O espaço vazio deixado após a extinção da SDEA tarda em ser ocupado no que diz respeito às suas importantes funções, que estão praticamente órfãs.

Esta divisão, apenas um exemplo, não é apenas uma questão de estrutura administrativa, mas sim uma forma de garantir que as duas áreas, ambas vitais para o futuro da nossa região, recebam a atenção e o investimento necessários. Ambas devem ser lideradas por competências reconhecidas, tanto políticas como técnicas. Separar estas funções permitiria criar um governo mais forte, ágil e dedicado às necessidades das empresas e dos Açorianos.

Estas saídas do Governo Regional não devem ser ignoradas. Devem, sim, servir como um momento de reflexão e como um alerta para a necessidade urgente de reformar e melhorar a forma como governamos a nossa região. O sucesso de um governo depende tanto das pessoas que o integram como das estruturas que o suportam, mas também das lideranças que têm ao leme.

Os Açores merecem um governo mais eficiente, mais transparente e mais comprometido com o desenvolvimento da região. Elogiemos aqueles que, ao sair, também comprovam as dificuldades deste governo. Estes gestos lembram que, mesmo em sistemas complexos e muitas vezes inertes, a mudança é possível, mas exige coragem e determinação. Que as suas saídas não sejam apenas ecos momentâneos, mas catalisadores para uma transformação estrutural e ética no modo como somos governados. Assim queiram os partidos da coligação. A mudança é difícil, mas é indispensável, e a sua dificuldade não deve ser desculpa para a inércia, ou pior, para a incompetência. Os Açores merecem mais e melhor.

Dia de Reis assinalado na Lagoa com número recorde de participantes

Por forma a assinalar o Dia de Reis, a Câmara Municipal da Lagoa organizou o convívio anual de seniores, que contou com um número recorde de participantes, cerca de 500 munícipes de todas as freguesias do concelho da Lagoa.

Num percurso que saiu da Lagoa, passando pela Vila Franca do Campo e Furnas na Povoação, em que todos os participantes puderam usufruir de um dia com animação, actividades lúdicas e visitas a pre-sépios.

Para o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Frederico Sousa, "este convívio de Reis foi pensado, exclusivamente, para os nossos seniores, por forma a proporcionar-lhes um dia diferente, com o principal intuito de combater a solidão, promover a interacção e laços de amizade entre lagoenses das várias freguesias do concelho".

Para esta iniciativa, a animação musical ficou a cargo do Grupo Belaurora, dos Doce Sinfonia e do cantor Nuno Martins.

